

AS GUIANAS E O BRASIL DA CONTENÇÃO À CONTINENTALIZAÇÃO, OU PERIGOS E VANTAGENS DE UMA INTERFACE CARIBENHA E EUROPEIA

Guianas and Brazil, from the containment to the continentalization, or perils and advantages of a Caribbean and European interface

Les Guyanes et le Brésil de la contention à la continentalisation, ou les dangers et les avantages d'une interface caribéenne et européenne.

Stéphane Granger¹

Lycée Polyvalent Melkior-Garré - Guiana Francesa

RESUMO

Depois de séculos de isolamento reforçado pelos receios do Brasil em relação à situação política do Caribe durante a Guerra fria, as Guianas (República da Guiana, Suriname e Guiana francesa), depois de uma integração informal por fluxos ilícitos, estão agora entrando num processo de continentalização, participando de projetos de integração continental na América do Sul, concretizado pela construção de pontes fronteiriças com o Brasil. Foi de fato este Estado que percebeu a situação de interface privilegiada, num mundo cada vez mais globalizado, destes territórios entre a América do Sul, o Caribe e a União Europeia.

Palavras-chave: Guianas; Amazônia; territorialidade; fronteira; integração regional.

ABSTRACT

After centuries of isolation increased by Brazil's fears because the political situation of Caribbean during the Cold War, the Guianas (Guyana, Surinam and French Guiana), after an informal integration with illicit exchanges, are yet going into a continentalization process with continental integration projects in South America, materialized by the construction of border bridges with Brazil. By the way, this state understood, in an always more globalized world, the privileged situation of interface for these territories between South America, Caribbean and European Union.

Key-words: Guianas; Amazonia; territoriality; boundary; regional integration.

RÉSUMÉ

Après des siècles d'un isolement renforcé par les craintes du Brésil envers la situation politique de la Caraïbe pendant la Guerre froide, les Guyanes (Guyana, Surinam et Guyane française), après une intégration informelle par des flux illicites, entament maintenant un processus de continentalisation, par la participation à des projets d'intégration continentale en Amérique du Sud concrétisés par la construction de ponts frontaliers avec le Brésil. Ce fut de fait cet Etat qui perçut le mieux la situation d'interface privilégiée, en pleine mondialisation, de ces territoires entre Amérique du Sud, Caraïbe et Union Européenne.

Palabras clave: Guyanes ; Amazonie; territorialité; frontière; intégration régionale.

INTRODUÇÃO

No norte da América do Sul, as “três Guianas” (República da Guiana, Suriname e Guiana francesa) pela história e a cultura mais parecem ligadas ao Caribe e até à Europa do que ao próprio continente americano, é por isso quase foram esquecidas (quando não contestadas) pelos outros Estados do continente. Até foram vistas com grande desconfiança pelo Brasil durante a Guerra fria por causa de

regimes considerados perigosos para o Ocidente.

A percepção desses espaços, verdadeiras interfaces entre Caribe, Europa e América do Sul, mudou com a globalização e, depois de uma política de contenção, o Brasil está agora tentando uma aproximação concretizada pela construção de pontes binacionais com a Guiana em 2009 e a Guiana francesa em 2011, esta ainda esperando por sua inauguração, e projetos como um canal ligando o Pará ao Suriname. Seriam então as Guianas entrando, graças ao Brasil,

num processo de continentalização, isto é, de melhor integração regional permitindo uma nova territorialidade sul-americana agora assumida?

AS GUIANAS, “ILHAS” CARIBENHAS NA AMÉRICA DO SUL?

DA NOÇÃO DE CONTINENTALIZAÇÃO

Perante a necessidade de encontrar novos parceiros e mercados, a República da Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa, territórios bastante isolados na costa norte da América do Sul, iniciaram no final do século 20 uma integração dentro do subcontinente sul-americano que o jurista latino-americanista francês Jean-Michel Blanquer (2005) qualificou de “continentalização”, opondo-se à tendência à “oceanização” até então vista em relação ao mundo caribenho insular e à Europa.

Essa noção, no sentido de integração regional dentro do continente de origem para territórios marginalizados, ainda é pouco usada na geografia, mas é um processo crescente devido à globalização e às necessárias integrações para numerosos estados ainda isolados. Na geografia francesa, Durand, Lévy et Retailé (1993) usam essa palavra no sentido de “nova territorialidade econômica” decorrendo do alargamento à escala continental dos mercados e filiais das firmas multinacionais. Mais tarde, Laurent Carroué (2002) ilustra essa noção através da NAFTA ou da estratégia do grupo Toyota dentro do continente asiático, mostrando que os intercâmbios estão na verdade mais continentais do que mundiais. O

geógrafo francês assim vê a continentalização como uma resposta à globalização.

Já no Canadá francófono, Dorval Brunelle (1989) falava em “continentalisation” para mostrar, depois do alargamento dos mercados à escala continental graças à NAFTA, a crescente integração na América do Norte que decorreu para a província canadense de língua francesa de Quebec, até lá fechada às relações com a parte anglo-saxônica do continente, e até ao próprio estado canadense por suas representações político-culturais.

Mas parece que um dos pioneiros dessa noção foi mesmo o geopolítico e general brasileiro Carlos de Meira Mattos, que escrevia em 1980 na sua obra *Uma geopolítica Pan-Amazônica*:

A continentalização da América do Sul criará uma nova valorização do seu território pela enorme expansão de suas atuais fronteiras econômicas, e não temos receio de dizer que a aceitação dessa idéia por todos os países interessados acrescentará ao presente patrimônio continental uma nova extensão equivalente à que hoje existe¹.

De fato, escreveu este livro dois anos depois do Tratado de Cooperação Amazônica, acordo internacional ao qual ele mesmo contribuiu, e que para a primeira vez integrava, além dos tradicionais países ibero-americanos, a República da Guiana e o Suriname dentro de um esquema de integração sul-americana, a Guiana Francesa sendo excluída por ser um território pertencendo a uma potência europeia considerada colonial (BENCHIMOL, 1978, p. 10).

Meira Mattos via então a continentalização como um processo de integração continental passando pela realização de estradas facilitando o transporte de homens e mercadorias em todos os lugares da América do Sul, a Amazônia sendo o nó de comunicações entre todos os estados da região. Assim, o atual projeto IIRSA² e a reativação da OTCA nos anos 2000 decorrem diretamente das ideias tanto de Meira Mattos como do general Golbery do Couto e Silva (1967), para quem o desenvolvimento e a conexão da Amazônia brasileira aos Estados vizinhos eram as melhores maneiras de assegurar a soberania sobre este território cobiçado e ameaçado.

Parece então que foi essa acepção que adotou Blanquer (2005) quando, falando na aproximação das três Guianas dos países vizinhos, ou pelo menos do Brasil graças à integração nos esquemas regionais (IIRSA, OTCA e acordos de cooperação regional Guiana Francesa-Amapá), escreveu em 2005: “Na tectônica das placas da integração continental, a “sul-americanização” das Guianas é um sinal de aproximação entre o sub-continente e o Caribe.” As Guianas estão portanto submetidas a uma tensão entre “oceanização” e continentalização, mas que poderia dar a esta região americana “um papel de interface estratégica entre

América do Sul de um lado, Caribe, América do Norte e Europa de um outro lado³.”

Veremos assim que a continentalização, vista como a sul-americanização – ou seja – integração continental – de territórios até lá mais vistos como caribenhos, provoca uma nova territorialidade sul-americana agora assumida, mas que também se deve ao novo olhar do Brasil sobre sua fronteira septentrional e suas possibilidades de interface com os mundos caribenho e europeu, já não tanto perigosos como antes.

AS GUIANAS, UMA ANOMALIA NA AMÉRICA DO SUL

Com efeito, num subcontinente quase totalmente colonizado pelas potências ibéricas, que deixaram as línguas oficiais, a religião católica e a estrutura político-econômica, as Guianas parecem anomalias dentro de um mundo há muito tempo emancipado da tutela colonial europeia: colonizadas pelas potências da Europa do Noroeste no século XVII, Guiana e Suriname só se tornaram independentes, pacificamente, nos anos 1960 e 70, enquanto a Guiana Francesa como parte integrante da República Francesa reforçou pelo contrário seus laços com Paris e a metrópole.

	Guiana	Suriname	Guiana Francesa
Superfície	215.000 km ²	164.000 km ²	84.000 km ²
População (2011)	800.000 hab.	500.000 hab.	240.000 hab.
Capital	Georgetown	Paramaribo	Caiena
PIB/hab ppa 2009*	3.270 \$	6.730 \$	14.000 \$
Fronteiras com Brasil	1.606 km (RR)	593 km (PA)	730 km (AP)

FIGURA 1 - principais dados estatísticas das Guianas.

Fonte: *World Population Data Sheet* (www.prb.org).

*Brasil: 10.160 \$

Além de ser os menores países da América do sul e os menos povoados (FIGURA 1), as Guianas acumulam oposições com o resto do subcontinente: se a Guiana Francesa é na sua maior parte de língua latina (o francês) e de religião católica, Guiana e Suriname praticam, como numa grande parte do Caribe, línguas germânicas (inglês e holandês) e religião protestante. Aliás, o islã também é bastante difundido, com parte da população oriunda das Índias ou, no caso do Suriname, da Indonésia, que conheceu o mesmo colonizador holandês. Com um terço da população muçulmana, Suriname faz parte da Liga Islâmica e recebe assim recursos de países árabes através do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BLANQUER, 2005, p. 74; VISENTINI, 2008, p. 7). Mas nesses três territórios a população é na sua maior parte composta por descendentes mestiçados de escravos negros, embora na Guiana os indianos sejam quase empatados com eles. Esses traços que mais lembram o mundo caribenho, ainda são reforçados pela população chinesa bastante importante no comércio, mas a proporção significativa de índios nativos mais lembra o resto da América do sul enquanto esses últimos desapareceram quase totalmente das ilhas caribenhas.

Ligadas pela língua e o estatuto político às respectivas metrópoles e ao mundo caribenho (ilhas anglófonas, Antilhas holandesas e Antilhas francesas) com o qual compartilharam a economia baseada nas plantações escravagistas e a cultura, as Guianas ainda são isoladas entre si pela falta de complementaridade (Guiana e Suriname vivem principalmente da exportação de minerais,

Guiana Francesa das redistribuições do Estado francês), até recentemente viraram as costas a um mundo sul-americano com o qual sempre se sentiram estrangeiras. Assim as ex-Guianas (inglesa e holandesa), após a independência, se juntaram à Associação dos Estados Caribenhos (AEC) e ao Mercado Comum do Caribe (CARICOM), cuja sede, aliás, se encontra em Georgetown, capital da República da Guiana. As fronteiras entre Brasil e as Guianas, principalmente a francesa que desfruta dos salários em euros e das leis trabalhistas francesas, estão portanto entre as mais contrastadas do mundo, separando povos, culturas e níveis de vida extremamente variados, o que também contribuiu para o afastamento desses territórios do resto do continente.

OS CONFLITOS DO SÉCULO 20: AS GUIANAS COMO AMEAÇA PARA O BRASIL

AS FRONTEIRAS DAS GUIANAS

Fronteiras tradicionalmente marcam limites de soberania entre dois Estados, portanto, do *limes* do império romano até os fortes marcando os limites do império português na Amazônia ou as paredes da fronteira americano-mexicana, ciumosamente vigiada, serviram como barreiras filtrando a passagem de pessoas e mercadorias.

As fronteiras frequentemente se encontram em lugares periféricos e povoados, as vezes vivendo em simbiose por causa da complementaridade e do afastamento dos centros, as chamadas “fronteiras vivas” do

geopolítico Backheuser (1952), como é o caso entre Bonfim (RR) e Lethem (Guiana), como, ainda mais, entre Oiapoque (AP) e Saint-Georges (Guiana Francesa), cidades gêmeas. Mas na imensidão amazônica também passam por lugares totalmente despovoados, são então “fronteiras mortas” como entre o Pará e o Suriname. Temos que lembrar que essas fronteiras foram impostas pelos europeus em função de suas estratégias coloniais, e não têm nenhuma realidade natural nem sentido pelos índios, só resultaram da arbitrariedade e das relações de força entre as potências coloniais.

Quando o tratado de Tordesilhas dividiu o mundo a descobrir entre espanhóis e portugueses em 1494, toda a margem ocidental do Amazonas com o escudo das Guianas (planalto pré-cambriano limitado pelos rios Amazonas e Orinoco e o oceano Atlântico) se encontraram na parte devolvida aos espanhóis. Mas estes sempre desprezaram essas terras de difícil acesso por causa da lama que invadia a costa. Excluídas do tratado, as outras potências marítimas da época, Inglaterra, Holanda e França, aproveitaram para se implantar neste pedaço da América do Sul, para encontrar o famoso Eldorado que pensavam estar localizado no interior, como também para alargar e proteger seu domínio no Caribe, onde todas possuíam várias ilhas açucareiras (CHAUNU, 1964, p. 112).

A Espanha tendo abandonado sua soberania sobre as Guianas e os bandeirantes brasileiros sendo mais interessados em penetrar o continente pelo rio Amazonas e seus afluentes, assim contornando-as, os europeus do Noroeste utilizaram a noção tipicamente europeia de

lindes naturais para fixar seus limites, no presente caso, os rios. Depois de várias guerras e acordos, o Corentyne marcou a fronteira entre Guianas inglesa e holandesa e o Maroni entre a holandesa e a francesa. Foi mais complicado com as potências ibéricas e os novos países independentes: a fronteira entre Brasil e Guiana francesa só foi definitivamente fixada no rio Oiapoque em 1900 depois de uma arbitragem suíça, entre Brasil e Guiana inglesa no rio Maú em 1904 com uma mediação italiana (aliás, a atuação do barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco não impediu que a Inglaterra tomasse posse de um pedaço da bacia amazônica), e entre Guiana inglesa e Venezuela parcialmente no rio Cuyuni, esta ainda sendo contestada pelos venezuelanos que reclamam o rio Essequibo.

Se a fronteira entre Suriname (ex-Guiana holandesa) e o Brasil, na linha divisora das águas separando rios amazônicos (ao Brasil) e rios atlânticos (às Guianas) está totalmente morta e, portanto, nunca trouxe problemas, as outras fronteiras se encontram em lugares bastante povoados e durante muito tempo disputados, essas fronteiras vivas sempre foram motivos de preocupação pelas autoridades brasileiras. Aliás, basta lembrar que o Brasil tem 2.900 km de fronteiras com elas (19 % das fronteiras do Brasil), a fronteira com Guiana francesa sendo a maior fronteira terrestre da França. Isso levou à criação dos Territórios federais pelo presidente Vargas em 1943. Entre eles: o Roraima (ex-Território Federal do Rio Branco), tampão entre o Amazonas e a Guiana inglesa cuja fronteira era considerada porosa demais, e o Amapá, protegendo as bocas do

Amazonas da Guiana Francesa cuja metrópole, a França, foi ocupada pela Alemanha nazista, à qual Vargas acabava de declarar a guerra.

Mas se o Brasil conseguiu definir seus limites com as Guianas à sua vantagem, não foi o caso da Venezuela, que nunca aceitou o laudo russo demarcando a fronteira com a Guiana inglesa a favor dos ingleses, e que até hoje faz ameaçadoras reivindicações à fraca República da Guiana, que tenta encontrar um aliado com o Brasil. Aliás, as fronteiras internas continuam disputadas pelo Suriname, que não reconhece as fontes dos rios fronteiriços, Corentyne com a Guiana, Maroni com a Guiana francesa (FIGURA 2).

AS GUIANAS NA GUERRA FRIA

Mas essas fronteiras também separaram o Brasil de países que se dirigiam num caminho

mais ou menos socialista durante a Guerra fria e a ditadura militar. Já nos anos 30 e 40, o capitão Mário Travassos (1935) e o brigadeiro Lysias Rodrigues (1947) desconfiavam de Guianas ainda pertencendo à potências europeias e, um pouco mais tarde no caso de Backheuser (1952), que podiam envolver o Brasil nos conflitos europeus no começo da Segunda Guerra mundial e da Guerra fria: a influência comunista nas metrópoles, principalmente a francesa, e terceiro-mundista entre líderes das Guianas inglesa e holandesa podiam tornar um Brasil francamente atlantista fronteiro de territórios sem coesão interna e com simpatias pró-soviéticas, com um risco de desestabilização nas fronteiras decorrendo da situação desta região (SILVA, 1967, p. 56; RAIOL, 1992, p. 65).

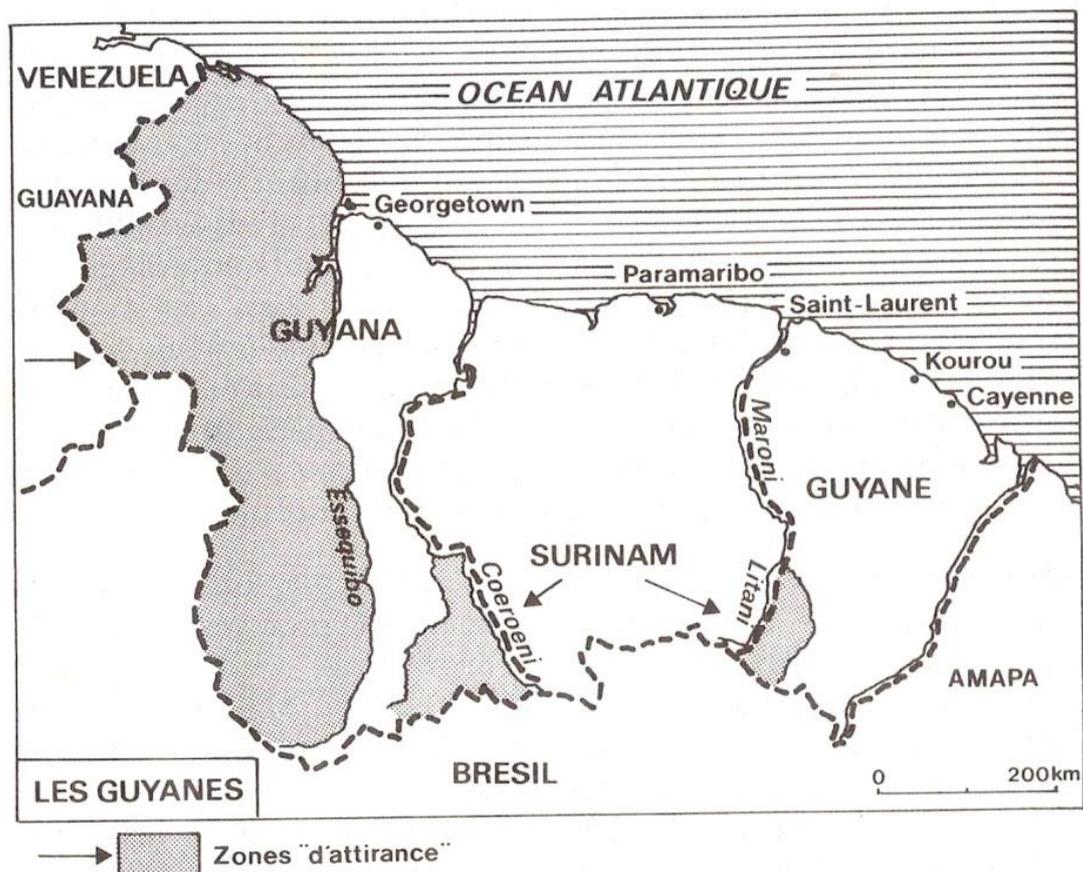


FIGURA 2 - As Contestações Fronteiriças Nas Guianas.
Fonte: Salkin (1989, p. 130).

Isso se verificou com a eleição do progressista Cheddi Jagan como primeiro ministro da Guiana ainda inglesa depois da vitória no Parlamento desta então colônia, em 1961. O Brasil mostrou ainda mais sua preocupação com a ditadura militar, claramente aliada aos EUA na luta contra a influência comunista na região. Pior, em 1982 foi o recentemente emancipado Suriname, ex-Guiana holandesa, que depois de um golpe militar à iniciativa de um grupo de jovens oficiais terceiro-mundistas também mostrou sua simpatia à Cuba de Fidel Castro, à Granada do líder progressista Maurice Bishop, e, talvez mais grave devido à forte presença muçulmana, à Líbia do coronel Kadafi. Brasil temia então tanto um envolvimento nos conflitos da Guerra fria como uma desestabilização da sua fronteira norte por guerrilheiros marxistas (PROST, 1998). As fronteiras septentrionais do Brasil, depois de terem sido esquecidas durante muito tempo, se tornaram então mais perigosas do que as meridionais, tradicionalmente as mais ameaçadoras.

Mas, ameaçado pela reivindicação fronteiriça venezuelana que não reconhecia o laudo russo, a República cooperativa da Guiana buscou um apoio e até uma ajuda brasileira. Depois, para atrapalhar a influência militar cubana que começava a se impor neste país (o aeroporto de Georgetown servia como escala para os aviões cubanos indo para o terreno da guerra civil de Angola), o Brasil propôs em 1978 a integração da Guiana e do Suriname dentro do Tratado de Cooperação Amazônica e, em 1983 assinou vantajosos acordos de cooperação

técnica e militar que o tornaram, para países tão fracos, muito mais interessantes do que Cuba. Aliás, o Brasil também fez pressões militares para obrigá-los a aceitar essas condições. Se foi mesmo a intervenção estadunidense na Granada em 1983 que decidiu o Suriname a expulsar os técnicos cubanos e líbios por medo de uma intervenção similar no seu território (PROST, 1998), isso mostrou um aspecto interessante da diplomacia brasileira, mais pragmática e pacífica do que ideológica e agressiva (CERVO; BUENO, 2002, p. 451), o que permitiu um começo de integração continental para esses Estados.

Com a Guiana francesa o problema era um pouco diferente. Em 1946 a velha colônia francesa se tornou democraticamente departamento de ultramar, isto é, parte integrante da França, à imagem do Havaí nos Estados Unidos. Isso tornou o Brasil fronteiriço da França e depois da Comunidade Europeia, mas no começo essa fronteira só foi motivo de preocupações. Em primeiro, porque os comunistas participavam do governo francês até 1947. Mas uma vez este perigo fora do ar, a França tendo escolhido a Aliança Atlântica, as autoridades do Território federal do Amapá temiam uma influência forte demais do departamento francês desfrutando dos altos salários, previdência social e leis trabalhistas da França, sobre o isolado Amapá, e pediram então melhor integração para este fraco e afastado Território federal (RAIOL, 1992, p. 37-41).

Nos anos 60 e até 70, a aparição na Guiana francesa de um movimento independentista, fraco mas visível e barulhento, foi motivo de

suspeita para as autoridades militares brasileiras, que ideologicamente aprovavam a independência do último território não soberano da América do Sul, mas temiam o apoio claro de Fidel Castro e Muammar Kadafi a este movimento, enquanto a presença do poderoso Exército francês, aliado na Guerra fria, fazia dessa fronteira uma das mais seguras do Brasil (GRANGER, 2012, p. 516). Aliás, o Exército e a Aeronáutica francesa, baseados na Guiana francesa, frequentemente participam de exercícios juntos com o Brasil. Mais uma vez prevaleceu o pragmatismo brasileiro sobre as simpatias anticolonialistas, mas cumpre lembrar que o povo da Guiana francesa nunca se pronunciou a favor da independência (opção desejada por somente 10 % dos eleitores), o que talvez ajudou a boa consciência de um Brasil sempre muito francófilo.

Mas essas suspeitas de potencial invasão por guerrilheiros e traficantes justificaram o programa de proteção e desenvolvimento das áreas fronteiriças setentrionais do Brasil, a partir de 1982, conhecido como *Calha Norte*. Isso despertou uma certa desconfiança por parte dos Estados vizinhos, que temiam um avanço das frentes pioneiras brasileiras permitidas pelas novas vias de acesso (BATAILLON; DELER; THÉRY, 1991, p. 461), enquanto tratava-se para o Brasil de uma contenção de fronteiras consideradas ameaçadas, segundo as teorias de Golbery e Meira Mattos.

A queda do muro de Berlim em 1989 e as recomposições territoriais impostas pela globalização deram um novo interesse à fronteiras guianenses que, de instáveis e perigosas, se tornaram interessantes para o

Brasil pela situação de interfaces que permitiam com o mundo além do oceano.

A GLOBALIZAÇÃO: DA INTEGRAÇÃO À CONTINENTALIZAÇÃO?

UMA INTEGRAÇÃO PELO ILÍCITO

Quando acabou a Guerra fria em 1989-1990, Guiana e Suriname já se encontravam integrados dentro de esquemas sul-americanos como o TCA, e quase satelizados ao Brasil pelos acordos assinados nos anos 80. Em 1989, depois das visitas de presidentes guianenses em 1976 e 1982, o presidente Sarney efetuou uma visita oficial nesses dois Estados, seguida por muitos acordos técnicos e econômicos⁴. O interesse do Brasil pelo Caribe vê-se através de um dos itens desses acordos, facilitando a exportação de produtos brasileiros pelo porto guianense de Georgetown, mostrando a situação de interface que constitui a Guiana entre América do Sul e Caribe insular, e que o Brasil pretendia utilizar⁵. E o Roraima até assinou no final da década de 1990 acordos de cooperação cultural com a Guiana permitindo o desenvolvimento do ensino do inglês.

Mas os intercâmbios econômicos entre as Guianas e o resto da América do Sul continuam fracos (FIGURAS 3, 4 e 8). A explicação reside nos diferentes mercados comuns e suas lógicas protecionistas: CARICOM para Guiana e Suriname, União Europeia para a Guiana francesa. Porém, prova de que esses territórios pertencem mesmo à América do Sul, são atravessados por inúmeros fluxos ilícitos: contrabanda, mas acima de tudo migração clandestina, tráfico de drogas e garimpagem, devido à porosidade das fronteiras com os

outros países da região e a situação de interface com o Caribe e a Europa. É precisamente essa situação de interface que explica a intensidade do tráfico de droga, cujos fluxos partem da Colômbia para as capitais guianenses Paramaribo e Caiena, de onde vão até o Caribe para conexão com os EUA, e os mercados holandeses e franceses de navio ou de avião. Assim, o aeroporto de Caiena é o lugar onde mais se apreendem drogas em todo o território francês, e essa facilidade de acesso para o tráfico de drogas faz que o Brasil esteja atualmente

reforçando os controles na fronteira com a Guiana francesa em previsão da inauguração da ponte⁶, mostrando que essas fronteiras podem continuar ameaçadoras. Foi, aliás, a luta contra o tráfico de drogas que fez o presidente da Guiana permitir, em 1992, o treinamento de tropas estadunidenses na selva guianense (VISENTINI, 2008, p.7), outro motivo de preocupação para um Brasil que percebeu que o fim da Guerra fria nem sempre resolvia os problemas com os vizinhos amazônicos.

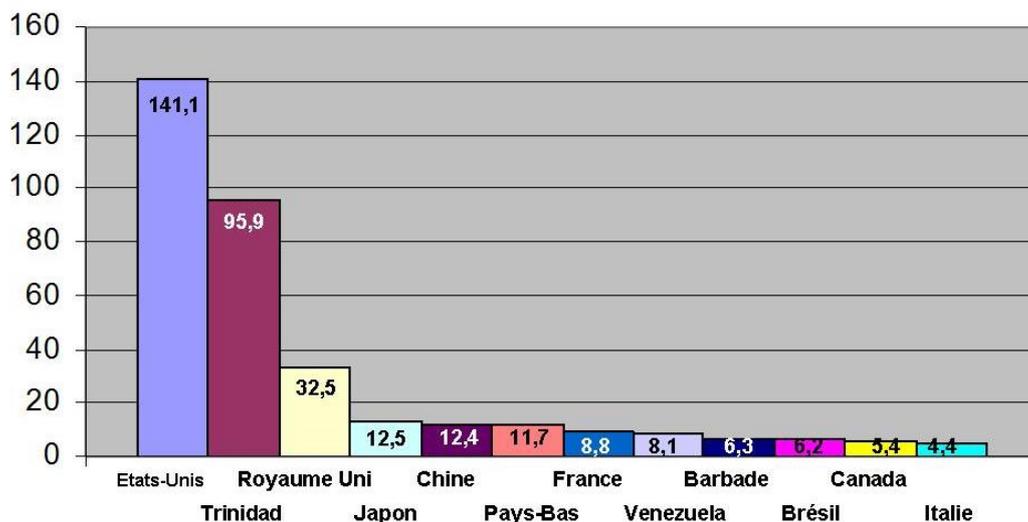


FIGURA 3 – Os primeiros fornecedores da Guiana em 2001, em milhões \$. Brasil fica longe (atrás dos EUA e até da Venezuela).
Fonte: INSEE, Panorama Économique De La Caraïbe 2004.

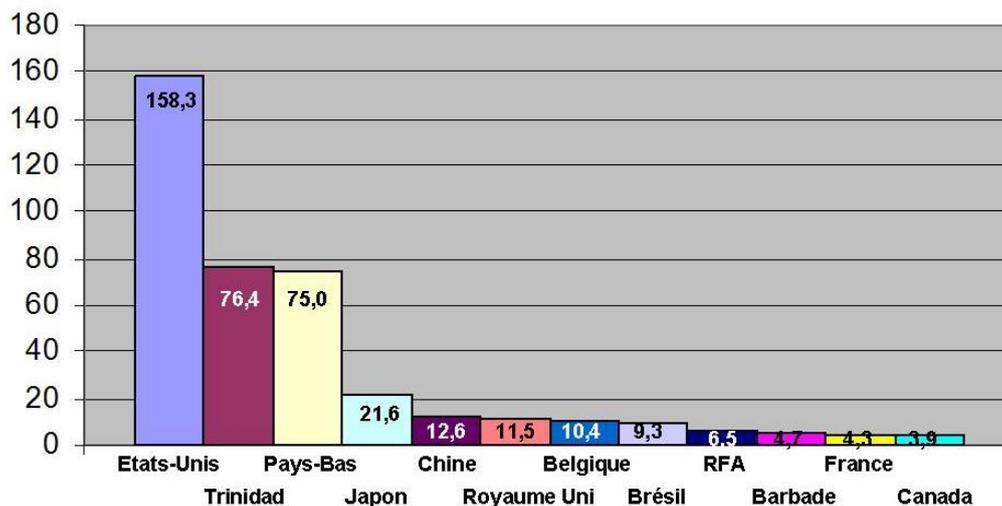


FIGURA 4 – Os primeiros fornecedores do Suriname em 2001, em milhões \$. Brasil ainda longe dos EUA e dos países da União Europeia
Fonte: INSEE, Panorama économique de la Caraïbe 2004.

As diferenças de nível de vida e a facilidade para atravessar fronteiras frequentemente virtuais também provocam inúmeros fluxos migratórios: haitianos, brasileiros e surinamenses na Guiana francesa pela esperança de receber um salário em euros, mas também guianenses e caribenhos (haitianos, dominicanos...) no Suriname pela facilidade de acesso (por via aérea). Lá, os migrantes as vezes ficam, como também tentam migrar para os Países Baixos ou na Guiana francesa. Naquele departamento francês, 37 % da população nasceram oficialmente num país estrangeiro, mas sabe-se que a população estrangeira é muito mais importante: a Prefeitura do Estado

(representante do governo francês na Guiana francesa) estima a população clandestina a 40.000 pessoas (num total de 236.000 guianenses oficialmente registrados). O interessante é que nessa imigração tem agora mais nacionalidades oriundas do resto da América do Sul (FIGURA 5): colombianos (mas já houve nos anos 60 uma imigração planejada de colombianos para a construção da base espacial, junto com brasileiros), e, novidade, peruanos e argentinos, mostrando a maior notoriedade do território francês e suas (supostas) possibilidades no subcontinente. Em suma, uma continentalização também pela imigração.

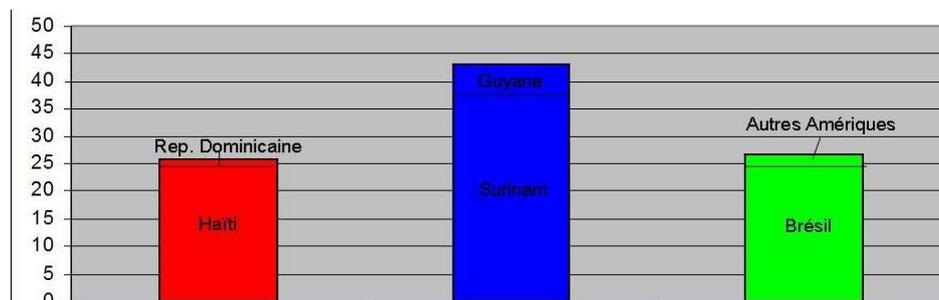


FIGURA 5 - A origem dos migrantes na Guiana francesa.
Fonte: INSEE, 2012.

Mas a maior parte dos fluxos migratórios entre América do Sul e Guianas agora parece ligada à garimpagem clandestina, as minas de ouro nesses territórios despovoados, sendo uma alternativa ao fechamento da mina de Serra Pelada em 1992. Assim, fontes diversas estimam os garimpeiros brasileiros a 2.000 na Guiana (CORBIN, 2007, p. 35), 5.000 a 10.000 na Guiana francesa onde são perseguidos com pouco êxito pela *Gendarmerie* (polícia militar) e o Exército francês (INSEE, 2012), e talvez entre 20 e 30.000 no Suriname (DE THEIJE, 2007, p. 73), onde

estão mais tolerados apesar das tensões étnicas com a população local como o grande levante antibrasileiro que aconteceu em 2009, em Albina, fronteira do Suriname com Guiana francesa, por parte de surinamenses de origem quilombola. Esses garimpos são clandestinos e os quilombolas do interior do Suriname e da Guiana francesa frequentemente se dizem os donos legítimos, o que acirrou as tensões com os brasileiros. Mas na Guiana francesa o dono oficial é o Estado francês, só que aqueles que se consideram os donos, investem e recuperam o

lucro da exploração ilícita do ouro franco-guianense são comerciantes da cidade brasileira do Oiapoque, à fronteira com Guiana francesa. O ouro extraído na Guiana francesa é declarado como extraído em Oiapoque – cidade onde a garimpagem é proibida por causa dos parques naturais⁷. Assim, podemos considerar este arco aurífero que atravessa tudo o escudo das

Guianas como uma extensão das frentes auríferas do norte da Amazônia brasileira, o que lembrou às autoridades das três Guianas que, queiram elas ou não, faziam mesmo parte do subcontinente sul-americano, submetidas à exploração predatória de vizinhos no próprio solo e suas consequências ambientais e até humanas⁸.

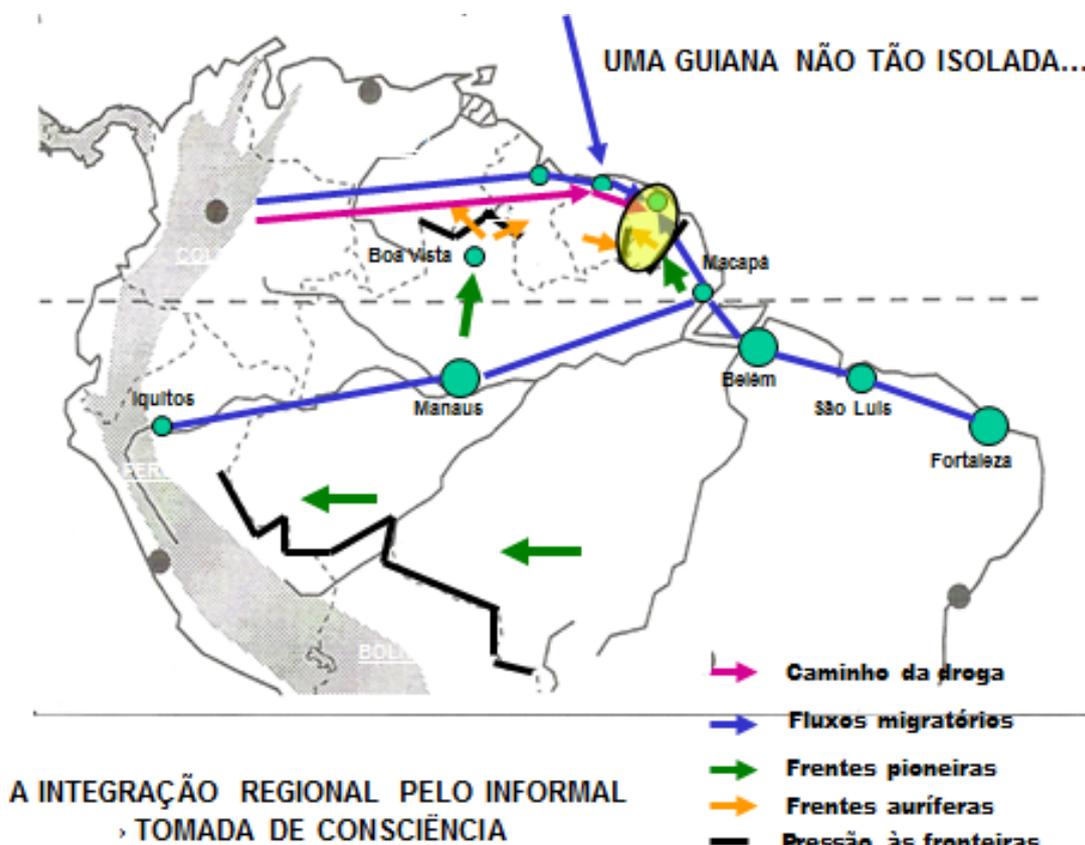


FIGURA 6 – A Guiana francesa na convergência dos fluxos ilícitos na Amazônia septentrional
Elaborado por Stéphane Granger.

Portanto, integrar-se aos esquemas de integração econômica e política sul-americanos talvez fosse um jeito para melhor tentar controlar esses fluxos. Seriam assim os migrantes e garimpeiros quem permitiram aos guianenses, surinamenses e franco-guianenses entenderem que faziam mesmo parte da Amazônia senão da América do Sul, permitindo essa reterritorialização continental pelo fato de assumir essa nova identidade? Essa integração agora está se concretizando pela construção de

duas pontes binacionais na região: sobre o rio Tacutu entre Roraima e Guiana em 2009, e sobre o rio Oiapoque entre Amapá e Guiana francesa. Só que se as obras desta ponte terminaram em 2011, o Brasil por enquanto está atrasando a inauguração (que o presidente Lula fazia questão de cumprir antes do fim do mandato), estimando que com uma estrada federal (a BR 156 ligando Oiapoque a Macapá) ainda não asfaltada na sua totalidade e com várias pontes antigas de madeira, as condições não estavam

reunidas para a conexão com um território considerado “do Norte” apesar do atraso da Guiana francesa em relação aos equipamentos públicos.

AS AMBIGUIDADES DA COOPERAÇÃO COM AS GUIANAS

Mas o interesse do Brasil por esses territórios reside mesmo na situação atlântica e caribenha, provocando atração de um lado, medo no outro. Assim, depois de uma viagem do presidente Lula na Guiana em março de 2007 foi novamente assinado um acordo para o financiamento da estrada ligando na Guiana Lethem a Linden, permitindo o escoamento de produtos brasileiros pelo porto guianense de Georgetown. Mas alegando falta de verba para assegurar a sua parte do contrato, o presidente guianense Bharrat Jagdeo anunciou em 2008 o cancelamento do projeto. Fontes da imprensa mencionaram então um pretexto diferente: o receio por parte da Guiana de uma absorção pelo Brasil graças à essa estrada, devido à enorme diferença tanto de potência como de população⁹. Se isso mostra o medo que ainda inspira o Brasil para os países vizinhos, estes também sabem que não podem ignorar a presença de tal vizinho, que pode até transmitir sua riqueza. Assim, depois de alguns anos de paralisia, Brasil e Guiana acabam de fechar novos acordos, para a pavimentação dessa estrada estratégica para ambos os países como para a construção de uma hidrelétrica na Guiana¹⁰. Mas quando devia se inaugurar a ponte sobre o rio fronteiro Tacutu entre Bonfim e Lethem em 2009, nenhum dos dois chefes de estado compareceu e a cerimônia foi

adiada, o que fez a imprensa roraimense falar em “transparência histórica” para estigmatizar a invisibilidade dos intercâmbios por causa da sua fraqueza¹¹.

Do lado surinamense, também as relações sempre foram mínimas, fora dos milhares de garimpeiros brasileiros e de problemas pontuais com a população local. Mas o Suriname não teme o gigante brasileiro, pelo contrário, está até procurando seu apoio para desenvolver-se e talvez escapar de uma possível dominação econômica da China: condenado por assassinato e tráfico de drogas pela ex-metrópole holandesa, durante muito tempo a fonte principal de ajuda para essa ex-colônia, e recentemente derrotado pela ONU numa briga fronteira com a Guiana (cf. FIGURA 2), o atual presidente e ex-ditador, na época da guerra civil Desi Bouterse está em busca de novos apoios com os outros vizinhos, a França (pela Guiana francesa) e o Brasil¹². Assim foi projetado, além de uma ponte ligando Suriname à Guiana francesa, uma estrada ligando o sul do Suriname ao centro do Amapá, cruzando a famosa fronteira morta e contornando a Guiana francesa¹³. Se por enquanto o projeto ainda não saiu por causa do forte custo ambiental, existe outro projeto, mais recente, de um canal de escoamento de mercadorias brasileiras do interior do Pará até o porto atlântico de Paramaribo, que permitiria uma integração melhor deste Estado marginal no mundo sul-americano, graças ao Brasil¹⁴.

Agora é incontestável que pelo menos a República da Guiana e o Suriname estão cada vez mais considerados como sul-americanos por seus vizinhos que por muito tempo ignoraram estes territórios atípicos na região. Ambos estão

integrados em todos os esquemas de integração física e política: IIRSA, já que o projeto brasileiro de Arco Norte ligando o Roraima ao Amapá passa pelas Guianas, conectando-se à estrada Panamericana Norte (FIGURA 7), e política: OTCA, UNASUL e agora CELAC¹⁵. É útil ressaltar que o Brasil foi em grande parte à iniciativa dessa integração por motivos tanto político-diplomáticos como econômicos, ao mesmo tempo buscando o emergente mercado caribenho, mais ligado à Europa e aos EUA, como uma hegemonia na América do Sul como grande potência regional, tentando alargar sua influência até em lugares remotos ou esquecidos do continente (THUAL, 1996, p. 112-113).

Mas esses Estados ainda só têm relações diplomáticas com os Estados vizinhos e continuam ignorando o resto da América do Sul. E, tanto por afinidades históricas e culturais como talvez para escapar de uma influência brasileira forte demais, Guiana e Suriname privilegiaram nos anos 90 uma orientação nitidamente caribenha, aderindo à AEC

(Associação dos Estados do Caribe, organização internacional de concertação política entre países caribenhos) em 1994, e ao mercado comum do Caribe, o CARICOM em 1973 e 1995, cuja sede como já vimos fica em Georgetown, capital da República da Guiana. Assim esses Estados não estão associados a qualquer mercado comum sul-americano¹⁶, apesar do convite do presidente Lula para o CARICOM integrar a UNASUL¹⁷. A lógica pan-caribenha e a influência das ex-metrópoles ainda prevalecem, e como mostram os documentos 3 e 4, a maior parte dos intercâmbios se fazem com os Estados Unidos, a União Europeia e o Caribe. O que se explica, no caso dos dois últimos parceiros, pela abertura dos mercados: o Caribe, Guianas incluídas, já está economicamente integrado, e a União Europeia fechou acordos com ele, facilitando a entrada das suas mercadorias no poderoso mercado europeu (acordos ACP), privilégio do qual não desfruta ao mesmo nível o Mercosul.



FIGURA 7 – O projeto da IIRSA nas Guianas.
Fonte: Centro internacional de Negócios de Roraima.

Enfim, as fronteiras entre as Guianas e os outros estados da América do Sul, além de também serem econômicas, ainda trazem problemas diplomáticos: a fronteira entre o Brasil e a Guiana francesa é fonte de tensões que estudaremos depois, e a Guiana vê sua fronteira ainda contestada pela vizinha Venezuela, reclamando nada menos que dois terços do território. O que, aliás, não impediu a Guiana e a Venezuela de pertencer a organismos comuns como a OTCA e a UNASUL.

O CASO ATÍPICO DA GUIANA FRANCESA

Pouco povoado, afastado dos centros de decisões, mas em busca de uma melhor integração continental, o território francês fica como uma síntese das duas situações precedentes, ilustrando ao mesmo tempo o interesse dessas fronteiras, e lógicas demográficas e políticas que por enquanto atrapalham essa integração, no entanto, desejada.

Nos anos sessenta e setenta, com a influência do terceiro-mundismo e da descolonização, muitos jovens franco-guianenses voltando dos estudos na metrópole francesa encontravam-se em pleno questionamento identitário, e denunciaram a dominação como a alienação (no sentido de perda da cultura própria) causada pela preeminência da cultura francesa no ensino e na política, como a demasiada forte dependência econômica. Assumir suas origens significava então aproximar-se dos países vizinhos como Suriname e Brasil, até lá ignorados ao benefício da França e das Antilhas francesas (a Guiana francesa como as ilhas da

Martinica e da Guadalupe representam a França como Estado associado na AEC), recriar uma identidade amazônica para distinguir-se dos outros territórios franceses do ultramar, e livrar-se o mais possível do peso da metrópole francesa (MAM LAM FOUCK, 1996, p. 227).

Essa reivindicação foi parcialmente satisfeita pelo novo estatuto de 1982 criando as “Regiões de ultramar”, com poderes alargados inclusive no domínio internacional, como a possibilidade de assinar acordos com regiões vizinhas (mas ainda não com Estados soberanos – só efetiva em 2000) como o Amapá ou o Pará. Estado federal desde 1988 (de fato em 1990), o Amapá também queria quebrar o isolamento geográfico no qual se encontrava. Daí os acordos de cooperação regional de iniciativa local, assinados entre os dois territórios em 1996, com o apoio dos Estados nacionais, França e Brasil, cujos presidentes, Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso se encontraram simbolicamente na fronteira guiano-brasileira no ano seguinte. Lá decidiram da construção de uma ponte binacional a pedido dos governos locais¹⁸, mostrando assim o apoio a essa aproximação que permitiu à duas nações de se descobrir vizinhas e fronteiriças. Foi, aliás, a primeira vez que um presidente brasileiro pisou o solo da Guiana francesa.

A consagração dessa integração para a Guiana francesa veio em primeiro em 2004, com a admissão parcial da França como membro observador da OTCA, representada pela Guiana francesa. E, em 2008, alguns meses depois de um encontro entre os presidentes Sarkozy e Lula na cidade fronteiriça de Saint-Georges,

com o projeto europeu de Programa Operacional Amazônia: o governo da Guiana francesa, iniciador do projeto, foi escolhido pela União Europeia como coordenador de um programa comunitário envolvendo Amapá, Pará, Amazonas e Suriname com verbas europeias para financiar projetos fronteiriços de desenvolvimento sustentável. A parceria da Guiana francesa como região europeia na América do Sul encontra-se agora procurada pelos outros países ou territórios do subcontinente depois de séculos de ignorância, para não falar em hostilidade, apesar do senador Aloyso Mercadante ter denunciado ao mesmo momento a “situação colonial” da Guiana francesa¹⁹.

Mas a fronteira que separa a Guiana francesa do Brasil não está para abrir-se tão rapidamente, e a cooperação só teve êxito nos domínios escolares e culturais. Pois, também se trata de uma fronteira econômica, entre União Europeia e Mercosul, mas acima de tudo entre o Norte, a Guiana sendo um departamento francês com o mais alto padrão de vida da região, e o Sul representado pelo Amapá, um dos Estados mais pobres da Federação brasileira. Situação que lembra a da fronteira entre México e Estados Unidos, só que o país receptor não são os poderosos Estados Unidos, mas sim a fraca Guiana francesa. Portanto, as autoridades nacionais francesas, com o apoio da população franco-guianense, fecham cada vez mais essa fronteira para os brasileiros e outros imigrantes, endurecendo as condições de obtenção do precioso visto - obrigatório para entrar na Guiana francesa, mas não na França

mesma! - e efetuando uma verdadeira caça aos imigrantes clandestinos. As lógicas econômicas e protecionistas também prevalecem: nas lojas de Caiena quase só se encontram produtos da União Europeia (FIGURA 8), enquanto os aduaneiros tentam impedir a entrada de produtos brasileiros (carne, laticínios e até detergentes) por motivos oficialmente higiênicos. Abertura de um lado, desconfiança e fechamento do outro, causadas pelo receio de uma invasão por fluxos migratórios e ilícitos, que ainda parecem os mais importantes entre as Guianas e as outras partes do continente. Além disso, a oferta de linhas aéreas entre a Guiana francesa e o Brasil (é também com o Suriname) está se reduzindo por falta de rentabilidade e de prioridade política: agora só duas ligações semanais entre Caiena e Belém, quando a linha antigamente era diária e já ligou também Macapá e Fortaleza.

Mais, a ponte sobre o rio Oiapoque, um ano e meio depois do fim das obras, ainda não tem data marcada para a inauguração, e o Senado brasileiro ao contrário do parlamento francês ainda não ratificou o acordo franco-brasileiro de luta contra a garimpagem clandestina, o que desperta certa desconfiança por parte tanto do Estado francês como do governo e da população da Guiana francesa²⁰. O entusiasmo dos primeiros acordos cedeu o lugar ao ceticismo e até uma certa hostilidade da população em relação à presença da ponte binacional, que para ela mais servirá os interesses do Brasil já que a Guiana francesa não tem nada a exportar além do ouro. E, aliás, o Estado francês mostra sua preeminência sobre o governo da Guiana

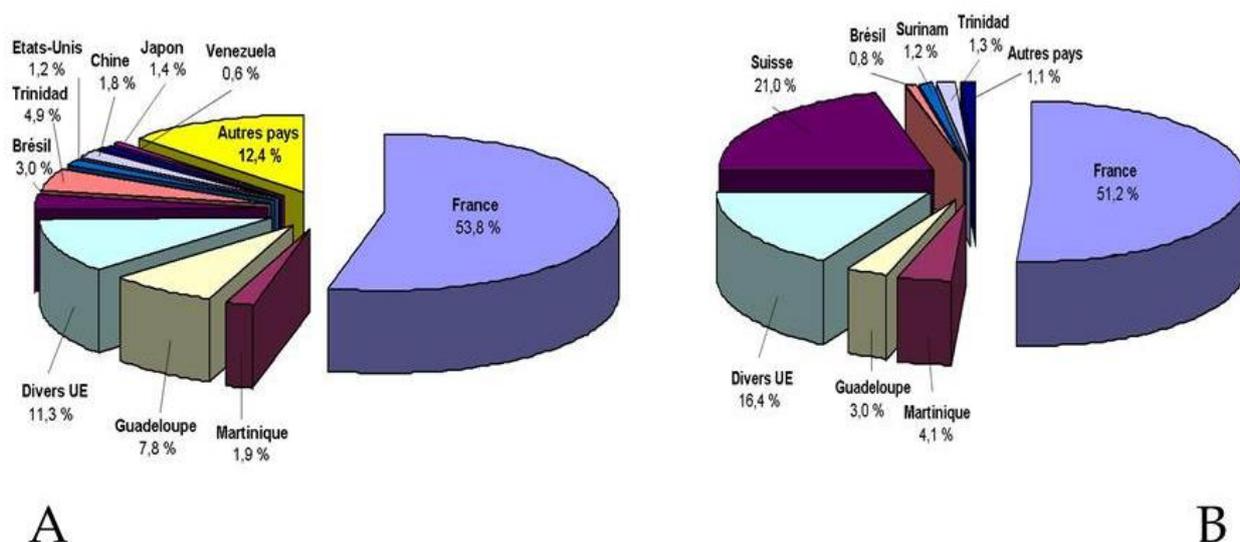


FIGURA 8 – Exportações e importações da Guiana francesa em 2007. A quase exclusividade da França e da União Europeia no comércio.

Fonte: Aduanas francesas e Câmara do Comércio da Guiana francesa.

francesa nas relações fronteiriças com o Brasil e na OTCA, das quais os políticos franco-guianenses são quase sempre marginalizados quando eles queriam aproveitar essa cooperação transfronteiriça para se afirmar politicamente (GRANGER, 2012, p. 756). A fronteira com o Brasil está agora dando à Guiana francesa um interesse do qual nunca tinha desfrutado antigamente por parte do Estado francês, mas que atrapalha sua própria liberdade de ação por causa dos novos interesses diplomáticos e econômicos com um país, o Brasil, cuja emergência o torna fundamental e estratégico para a política francesa. O que fez o presidente Sarkozy declarar em 2011: “quem pode imaginar que a Guiana francesa possa se desenvolver sem agarrar seu vagão ao poderoso trem brasileiro²¹?” Como se ele visse o futuro da Guiana francesa mais integrada à América do sul, mas, no entanto, sob a dominação econômica do Brasil como se fosse uma fatalidade inevitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o recente processo de integração continental das Guianas, isto é de continentalização de territórios até lá mais virados para o oceano Atlântico que os separa do Caribe insular e da Europa, deve-se tanto às necessidades para territórios isolados e encravados de procurar novos parceiros e aliados, bem na lógica da globalização que favorece novas recomposições territoriais, como também, principalmente no caso da Guiana francesa, a uma nova territorialidade assumida como território amazônico por motivos identitários senão ideológicos, mas também parcialmente provocados pelos inúmeros fluxos ilícitos. Assim o Projeto de sociedade elaborado pelo Conselho Regional (assembleia estadual) da Guiana francesa em 2009, menciona que o contato com os povos vizinhos, ao mesmo tempo próximos e diferentes, ajuda a conhecer melhor sua própria identidade²².

O Brasil teve assim um papel importante neste processo, no começo fechando acordos de

cooperação técnica, econômica e militar para afastar estados marxistas da influência castrista, e integrando-os aos esquemas de integração continental, o TCA e, depois do fim da Guerra fria, à UNASUL, à IIRSA e outros projetos de integração terrestre. E também defendeu o desejo do governo da Guiana francesa de representar a França como membro observador na OTCA em 2004, como apoiou a política de cooperação entre a Guiana francesa, o Amapá, e mais tarde o Pará. De fronteiras com um Caribe instável e com simpatias comunistas, as Guianas transformaram-se numa saída atlântica e em interfaces com um mundo caribenho agora emergente e com a União Europeia, com a qual todas têm relações privilegiadas. Aliás, não se tem de esquecer outro aspecto interessante: Guiana e Guiana francesa são as únicas fronteiras do Brasil com países de língua inglesa e francesa, o que permitiu acordos de cooperação na formação de quadros nessas línguas fundamentais num mundo globalizado. Assim, a evolução da percepção dessas fronteiras pelo Brasil decorreu da evolução da geopolítica e da geoeconomia mundiais, mostrando que o maior país da América do Sul está mesmo querendo utilizar todas as características da sua geografia, além das considerações ideológicas, para afirmar-se como a grande potência do continente.

E foi mesmo como grande potência regional que o Brasil foi chamado pela ONU para chefiar a missão internacional dos “Capacetes azuis” no Haiti, a MINUSTAH, após a queda do presidente Aristide em 2004. O Brasil como potência emergente queria o Caribe na sua nova área de influência, que assim conseguiu, mas

que está se traduzindo agora por uma imigração inédita até lá no país: a dos haitianos, passando pelas fronteiras amazônicas até Manaus ou Rio Branco e, no final, São Paulo. A metrópole brasileira se tornou o novo Eldorado para esses imigrantes que antigamente preferiam, além dos Estados Unidos, destinações bastante próximas culturalmente e geograficamente como Suriname e Guiana Francesa. A Amazônia brasileira agora também está se tornando uma interface entre a América do Sul e o Caribe.

NOTAS

¹ Doutor em Geografia pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3; professor do Lycée Polyvalent Melkior-Garré.

E-mail: granger.stephane@orange.fr

¹ C. de Meira Mattos: *Uma geopolítica pan-amazônica*, Bibliex, Rio de Janeiro, p. 151.

² Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana, vasto plano intercontinental de integração terrestre e fluvial para facilitar os fluxos de mercadorias.

³ J. M. Blanquer, *Les Guyanes et les Amériques entre continentalisation et « océanisation »*, *Etudes de la Documentation Française, Amérique Latine*, Paris, p. 70-71.

⁴ Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de política exterior do Brasil (1964-90)*, Brasília.

⁵ Idem.

⁶ Segundo o site *Brasilyane.fr*: « Amapá, 8 millions de reais pour sécuriser la frontière », 12 de novembro de 2012.

<http://brasilyane.com/index.php/actualites-bresiliennes/actualites-amapa/572-1211-amapa-8-millions-de-r-pour-securiser-la-frontiere>

⁷ Romain Taravella, *De la mine à la vitrine, état des lieux et perspectives de la traçabilité de l'or guyanais*. WWF, Caiena, 2009, p. 12.

⁸ O mercúrio usado pelos garimpeiros envenena os peixes que são entre os principais recursos alimentares dos índios.

⁹ “Para a Guiana, Brasil é um gigante econômico”,
<http://republicofguyana.blogspot.com/2008/07/para-guiana-o-brasil-um-gigante.html>,
17/07/2008.

¹⁰ “Brasil-Guiana: firmado acordo para estrada e hidrelétrica”,
<http://www.amazonianarede.com.br/not%C3%ADcias/amaz%C3%B4nia/1610-brasil-%E2%80%93-guiana-firmado-acordo-para-estrada-e-hidrel%C3%A9trica>, 07/12/2012.

¹¹ T. Gehre, A invisibilidade das relações Brasil-Guiana: o contencioso da ponte sobre o rio Tacutu, *Dossiê contencioso Brasil-Guiana*, Universidade Federal de Roraima, 05/05/2009.
www.ufrr.br/dossie---contencioso-roraima-guiana

¹² O presidente Bouterse sempre teve laços privilegiados com o Brasil. Em 1988, depois de ter deixado o poder uma primeira vez, foi preso (e até violentado) pela polícia de S. Paulo por tráfico de armas para preparar novo golpe no Suriname. Anos depois, o próprio filho, que trabalhava na Embaixada do Suriname em

Brasília, foi suspeito de tráfico de armas e drogas, sem consequências imediatas (GRANGER, 2012 p. 499, a partir de fontes na imprensa belga – *Le Soir* - e francesa - *Libération*).

¹³ Johannes Van de Ven, “Um elefante branco para o Suriname”, *O Eco-Amazonia Colunas*, 27/12/2010,

<http://www.oecoamazonia.com/br/artigos/9-artigos/114-um-elefante-branco-para-o-suriname>

¹⁴ Cristiane Agostine, “O vizinho esquecido: as relações Brasil-Suriname”,
<http://relacoesdiplomaticas.wordpress.com/2009/12/29/o-vizinho-esquecido-as-relacoes-brasil-suriname/>

¹⁵ Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (1978), União das Nações Sul-Americanas (2008), Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (2010).

¹⁶ América do Sul e Caribe estão agora associados na nova estrutura CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

¹⁷ Pascal Fletcher, Lula quer incluir Caribe na comunidade sul-americana, *Reuters*, 16/02/2005,
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/02/16/ult27u47366.jhtm>

¹⁸ Chambre de Commerce et d'Industrie de la Guyane, « Annexes au procès-verbal des premières consultations franco-brésiliennes en matière de coopération transfrontalière Guyane-

Amapá », Brasília, 17-18 septembre 1997, Caiena, p. 1.

¹⁹ “Mercadante propõe declaração sobre « enclaves coloniais » na América do sul”. R. Nardelli, *Agência Senado*, 19 août 2008. <http://www.senado.gov.br/noticias/print.aspx?codNoticia=77686>

²⁰ Dois suboficiais do Exército francês foram mortos a tiro no interior da Guiana francesa por uma quadrilha brasileira de assaltantes de garimpeiros em julho de 2012. O chefe foi preso em Macapá pouco depois, mas este evento acirrou o sentimento de invasão brasileira por parte do povo franco-guianense, que está reclamando uma maior proteção do governo e do Exército franceses.

²¹ Nicolas Sarkozy, presidente da França, na ilha da Guadalupe, 9 de janeiro de 2011. <http://www.elysee.fr/president/les-actualites/discours/2011/le-discours-des-voeux-du-president-a-la-france.10396.html>

²² Congrès des Elus de Guyane, *Projet de société*, Caiena, 2009, p. 35.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Alfredo Wagner et CARVALHO Guilherme (org.). *O plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Actionaid, Belém, 2009, 248 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989. 64 p.

BACKHEUSER, Everardo. *Geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. 276 p.

BATAILLON, Claude; DELER, Jean-Paul; THERY, Hervé. *Géographie universelle tome 3:*

Amérique latine. Paris: Belin, collection Reclus, 1991. 480 p.

BENCHIMOL, Samuel. *O Pacto amazônico e a Amazônia brasileira*. Manaus: Faculdade de Estudos sociais, Universidade do Amazonas, 1978. 43 p.

BLANQUER, Jean-Michel. Les Guyanes et les Amériques entre continentalisation et "océanisation", *Etudes de la Documentation Française, Amérique Latine*. Paris, 2005, pp. 69-79.

BRUNELLE, Dorval. Continentalisation et continentalisme. *Interventions économiques, pour une alternative sociale*, n° 22-23. UQAM, Montreal, Canadá, 1989, pp. 131-146. http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

CARROUÉ, Laurent. *Géographie de la mondialisation*. Paris: Colin, 2002. 294 p.

CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: IBRI/UnB, 2002. 526 p.

CHAUNU, Pierre. *L'Amérique et les Amériques*. Paris : Armand Colin, 1964. 470 p.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. *Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy, a case study approach*. Dissertação (Mestrado). Belém: NAEA/UFGA, 2007. 178 p.

CORRÊA, Paulo Henrique da Rocha. *O Brasil e as Guianas*. São Paulo: Irmãos Boso Editores, 1965. 112 p.

DE THEIJE, Marjo. Insegurança próspera: a vida dos migrantes brasileiros no Suriname. *Revista Antropológicas*, ano 11, vol. 18, n. 1, 2007, pp. 71-93.

DURAND, Marie-Françoise ; LEVY, Jacques ; RETAILLÉ, Denis. *Le monde, espaces et systèmes*. Paris: FNSP/Daloz, 1993. 550 p.

FOUCHER, Michel. *Fronts et frontières*. Paris : Fayard, 1991, 692 p.

GRANGER, Stéphane. *La Guyane et le Brésil, ou la quête d'intégration continentale d'un département français d'Amérique*. Tese (Doutorado em Geografia). Paris: IHEAL-Universidade de Paris 3, 2012.

- INSEE. *Panorama économique de la Caraïbe. Antilles-Guyane*: INSEE 2004, 208 p.
- _____. *Atlas des populations immigrées de Guyane*. Caiena, Guiana francesa, 2006, 32 p.
- _____. *Population selon la nationalité au 1^{er} janvier 2009 en Guyane*. http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=25&ref_id=poptc02501, 2012.
- INSTITUT DES HAUTES ETUDES DE LA DEFENSE NATIONALE. *Le Brésil, situation politique et relations extérieures*. Paris: Section des Affaires diplomatiques, février 1983.
- LEZY, Emmanuel. *Guyane Guyanes, une géographie « sauvage » de l'Orénoque à l'Amazonie*. Paris: Belin, 2000. 347 p.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Unesp, 1997. 320 p.
- MAM LAM FOUCK, Serge. *Histoire générale de la Guyane française. Les grands problèmes guyanais : permanence et évolution*. Matoury: Ibis Rouge, 1996. 264 p.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980. 216 p.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Resenha de política exterior do Brasil (1964-90): relações com a República cooperativa da Guiana e a República do Suriname. Relações com a França*. Brasília.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. pp. 97-117.
- PIANTONI, Frédéric. *Migrants en Guyane*. Actes Sud, Arles, França, 2011. 176 p.
- POLICE, Gérard. *Éudorado : le discours brésilien sur la Guyane française*. Matoury: Ibis Rouge, 2010. 511 p.
- PROST, Catherine. *Organisation et rôle géopolitique de l'Armée au Brésil*. Tese (Doutorado em geopolítica). França: Universidade de Paris 8, , 1998. 629 p.
- RAIOL, Osvaldino. *A utopia da terra na Amazônia (a geopolítica no Amapá)*. Macapá: Gráfica Ltda, 1992. 240 p.
- RODRIGUES, Lysias Augusto. Estrutura geopolítica da Amazônia brasileira. *Revista do Instituto de Geografia e História militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1953.
- ROLLAND, Denis. Pour une histoire des relations internationales d'une puissance émergente. In: ROLLAND, D. (coord.). *Le Brésil et le monde. Pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes*. Paris: L'Harmattan, 1998. pp. 9-24.
- SALKIN, Yves. Regard stratégique sur les Guyanes. *Défense Nationale*, julho de 1989, Paris, pp. 125-136.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. La politique étrangère brésilienne de la Guerre froide à la globalisation. In: ROLLAND, D. (coord.). *Le Brésil et le monde. Pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes*. Paris: L'Harmattan, 1998. pp. 179-198.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. 276 p.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 399 p.
- THERY, Hervé. Une Guyane brésilienne? *Cahiers des Amériques latines*, n. 43, 2003. pp. 103-122.
- THUAL, François. La puissance brésilienne. In: *Méthodes de la géopolitique*. Paris: Ellipses, 1996. pp. 111-116.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Editora nacional, 1935. 206 p.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : 2007 mar. : Rio de Janeiro, RJ). Seminário América do Sul. Brasília: FUNAG, 2008. <http://hdl.handle.net/10183/30421>